



# Conflitos e Convergências da Geografia

---

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
(Organizador)

# **Conflitos e Convergências da Geografia**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /  
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa  
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da  
Geografia; v. 1)

Formato: PDF  
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-320-0  
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.  
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
Montes Claros-MG  
Outono de 2019

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>57</b>
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>73</b>
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan	
Vanessa Manfio	
Rosa Maria Vieira Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>124</b>
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>134</b>
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues	
Ademir Terra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>153</b>
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos	
Helen Soares Vitória	
Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150413</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>165</b>
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>190</b>
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>206</b>
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>219</b>
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>228</b>
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O ( 2 0 1 7 - 2 0 1 8 ) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150419</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>234</b>
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura	
Fátima Maria de Lima	
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues	
Patrícia Fonseca Dias Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>241</b>
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>249</b>
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos	
Ana Margarete Gomes da Silva	
Lorena Silva de Oliveira Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>262</b>
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi	
Neusa Maria Tauscheck	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>272</b>
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida	
Maikon Geovane Oliveira Vila Nova	
Gilvânia Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150424</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>280</b>

## A DINÂMICA NEOEXTRATIVISTA DA VALE S.A. ENTRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

**Guilherme Magon Whitacker**

Universidade Estadual Paulista (UNESP). Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)

**RESUMO:** tendo em vistas a necessidade do debate sobre conceitos e temas centrais ao entendimento da Questão Agrária na atualidade, apresentamos, neste artigo, um estudo geral sobre a empresa Vale S.A. que, fazendo uso do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, promove processos de desterritorialização camponesa em diversos países. Neste sentido, o trabalho se desenvolve sobre a criação de novos espaços de reprodução do modo de produção capitalista, centrado em debates entre o desenvolvimento sustentável, o neoextrativismo e a acumulação por espoliação.

**PALAVRAS-CHAVE:** território; neoextrativismo; acumulação por espoliação; desenvolvimento sustentável

**ABSTRACT:** in view of the need to debate concepts and themes central to the understanding of the Agrarian Question, we present in this paper a general study of the multinational Vale that by making use of the ideological discourse

of sustainable development, promotes peasant dispossession processes in various countries. In this sense, the work develops on the creation of new spaces of reproduction of the capitalist mode of production, centered in debates between the sustainable development, neoextrativism and the accumulation by spoliation.

**KEYWORDS:** territory; neoextrativism; accumulation by spoliation; sustainable development.

### 1 | INTRODUÇÃO

Com a crise estrutural do modo de produção capitalista iniciada na década de 1970, emergiram manifestações originárias para que o processo de acumulação e reprodução de capitais não fosse interrompido. Dentro desse contexto, econômico e político, foram desencadeados processos de acumulação predatória, de alguma forma semelhantes aos propostos por Marx (2013) em sua narrativa sobre a acumulação primitiva. Trata-se de processos que envolvem o uso, a posse e o controle de recursos naturais e sua transmutação em fontes de lucro (WHITACKER, 2015). A partir deste reconhecimento é possível argumentar que tais processos estão relacionados à mobilidade espacial de capitais e a materialização desses

em fixos territoriais promovidos por empresas multinacionais que implementam megaprojetos neoextrativistas.

Para o entendimento geográfico desses processos econômicos e políticos ligados à reprodução expandida do modo de produção capitalista, fazemos uso dos conceitos de acumulação por espoliação e neoextrativismo. Como expressão territorial da materialização destes processos trazemos à tona a empresa multinacional Vale S.A. que, por meio da estratégia ideológica do desenvolvimento sustentável, se apropria de recursos naturais e promove, conseqüente, a desterritorialização para a transformação desses em *commodities* minerais.

A construção teórica de um arcabouço geográfico para a análise das tensões políticas e forças econômicas atuantes em torno da acumulação por espoliação, no período atual, exige uma análise focada em torno de alguns processos, neste sentido, a partir de revisão bibliográfica, o presente estudo tem como objetivo geral identificar relações entre os circuitos e padrões de acumulação de capital no período atual com a intensificação e alteração do *uso dos territórios*, a acumulação por espoliação, desenvolvida por Harvey (2012) nos é útil como categoria analítica. Como objetivo específico, analisamos os processos territoriais de acumulação por espoliação desencadeados no período recente pela multinacional Vale S.A., e, a partir do retrato das singularidades, pretendemos colaborar com estudos que visem entender os impactos socioterritoriais que megaprojetos de mineração influem sobre os territórios e intensificam a questão agrária em distintas escalas.

## **2 | A EMPRESA VALE S.A. E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA DE USO DOS TERRITÓRIOS**

A dinâmica territorial impulsionada pelo processo de mundialização do modo de produção capitalista avançou no setor das *commodities* como um novo ciclo ascendente de valorização no início de século XXI impulsionado, principalmente, pelo crescimento da China. Tais mudanças ocorreram a partir das transformações no Sistema Internacional durante a década de 1990, período em que o centro dinâmico da acumulação capitalista deslocou-se para a Ásia e o novo eixo da geopolítica mundial tornou-se Estados Unidos da América – China – Rússia, sendo a China o centro articulador da economia mundial. Foi configurada, então, uma nova corrida imperialista para países subdesenvolvidos com o intuito de garantir o fornecimento de *commodities* minerais e, de acordo com Lacoste (1976) o subdesenvolvimento ainda é um fato que compromete a estabilidade e autonomia desses países.

A partir da verificação deste fato e tendo como ponto de partida o processo de produção do espaço pelas relações sociais em permanente conflitualidade, analisamos a amplitude e os limites da narrativa sobre desenvolvimento sustentável da Vale S. A., conceito este entendido como estratégia empresarial e como processo de reprodução

dos territórios a partir do modo de produção capitalista (WHITACKER, 2017). A extração de recursos naturais e exploração territorial acontece desde a acumulação primitiva. Esse conceito é fundamental para compreender o processo do neoextrativismo que, relacionado a teoria da acumulação por espoliação (HARVEY, 2012), pode ser entendido como resultante do novo imperialismo, como processo “[...] de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista de poder” (HARVEY, 2012, p. 149), superando o extrativismo primitivo e acentuando a fragmentação territorial e os enclaves econômicos (ACOSTA, 2016) por meio do processo de apropriação territorial multidimensional e multiescalar gerando uma nova forma de uso dos territórios a partir da mobilidade espacial de capitais estrangeiros.

De acordo com Foster (2004), a extração de matérias primas em benefício de empresas multinacionais acompanha a evolução do capitalismo desde os seus primórdios até a atualidade. No ponto de vista de Foster (2004), o controle informal dos recursos naturais, obtido “[...] não só por meio de políticas do Estado, mas também de ações de corporações empresariais e de mecanismos de mercado, finanças e investimento” (FOSTER, 2004, p. 172), e esse controle é tão efetivo quanto a dominação política formal exercida na época do colonialismo.

Para compreendermos este processo geograficamente podemos entender o modo de produção capitalista enquanto um sistema orgânico, no qual cada uma de suas frações sustenta as demais, seja por meio de sua mobilidade entre os chamados circuitos primário, secundário e terciário da produção, descritos por Harvey (1990); ou, por meio das crises sistêmicas de produção, a partir das quais determinados espaços são considerados enquanto um fator de reprodução ampliada, ou uma nova sobre acumulação.

É fato que o modo de produção capitalista está assentado sobre uma contradição estrutural articulada a mecanismos de controles sobre os recursos naturais e a sociedade voltados à extração de mais valor colocando em dúvida sua própria capacidade de reprodução. No limite, este modo de produção demonstra sua irracionalidade, contradição sistêmica e irreformabilidade, embora sustentado por relações hegemônicas e antagônicas que o permitem, por meio do revolucionamento constante das forças produtivas, continuar edificando seu processo sociometabólico. Assim compreendido, esse modo de produção é mais que um conjunto de mecanismos econômicos e políticos, é também um modo de reprodução sociometabólico multifacetado e onívoramente arraigado, que afeta profundamente tudo e cada aspecto da vida, visando assegurar a expansão, conduzido pela acumulação como um fim em si mesma (MÉSZÁROS, 2007).

Na totalidade da crise estrutural do modo de produção capitalista também encontramos outras crises específicas, produtos da desregulação neoliberal dos mercados, cujo objetivo último é a acumulação e especulação desmedidas. A exploração de *commodities* minerais relaciona-se com todas essas outras crises no que diz respeito a acumulação, a abertura econômica, e a especulação nos mercados

de futuros das bolsas de valores. E, deste modo, os investidores necessitam de novos espaços de reprodução, nos quais possam investir e auferir lucros. Então, os mercados de *commodities* minerais ganham força como um meio de reprodução ampliada de capitais via investimentos financeiros alhures, principalmente porque se tratam de mercados onde a presença das corporações transnacionais protagoniza o processo produtivo, regulando os preços dos alimentos bem como o acesso à terra por meio do controle de territórios, o que intensifica a questão agrária em determinados países.

A questão agrária não é somente um problema de renda da terra derivada da posse; fazer uma análise somente a partir desse aspecto é uma visão reducionista. Consideramos a questão agrária, também, uma questão geopolítica que envolve agentes nacionais e internacionais que materializam suas práticas acumulativas em determinados territórios e, a geopolítica dos recursos naturais portanto, uma linha de pesquisa derivada da geopolítica crítica que, devido a tendência neoliberal de transformar todo e qualquer tipo de recurso natural em mercadoria, se dedica ao estudo de formas de produção de *commodities* e comércio, lícito e ilícito, nacional e internacional, entre países exportadores e importadores, entendendo que esse processo apresenta impactos socioterritoriais negativos, mormente nos países exportadores, que resultam, por exemplo, em conflitos, conflitualidade e guerras por recursos naturais, a geopolítica dos recursos naturais objetiva, por tanto, compreender os processos e relações de poder internacionais que influem sobre o controle territorial de recursos naturais estratégicos, no sentido proposto por Le Billion (2005), Bruckman (2011), Lee (2013), Santos e Milanez (2013), Zhouri (2016), e outros que entendem as multinacionais como sujeitos acentuando o controle de territórios.

Neste sentido, a compreensão da dinâmica territorial exercida pela multinacional Vale S.A. tem significação contundente para entendermos esses processos, pois consideramos que quando se aborda o neoextrativismo e o uso dos territórios podemos considerar que as dinâmicas territoriais condicionantes que incidem sobre distintas áreas modificam as formas produzidas por forças econômicas e políticas (SANTOS, 2003) espacialmente consubstanciadas por meio de um processo dominante que Raffestin (1993) define como o trunfo do poder, o domínio da população e do território: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 20).

Com a concepção etimológica apresentada por Corrêa (1994), podemos compreender que a produção de territórios ocorre a partir da ação de distintos agentes e suas concepções sobre as formas de usos dos territórios e como essas relações de domínio materializam suas ações e organizam os seus objetos e agem sobre eles no espaço, transformando esse em território. Neste contexto, o processo de mundialização do modo de produção capitalista incluiu no cenário geopolítico global agentes que atuam sobre os territórios com diferentes poderes. Esse fato ocasionou a perda da soberania estatal sobre os territórios e, especificamente, sobre os usos de territórios.

Autores como Becker (1983) e Fernandes (2008) enfatizam que atualmente já

não é possível ocultar a existência da multidimensionalidade do poder, com reflexos ao nível escalar e territorial, permitindo desta forma, expandir o entendimento sobre o conceito de território entendendo que este não é formado a partir de um único agente, o Estado. Mas, que há possibilidades de diferentes agentes participarem na produção dos territórios, como a multinacional Vale S.A. A partir das relações de poder intermediadas pelo espaço, cria-se o território. É o poder “[...] definido e delimitado pelas relações de poder” (SOUZA, 2007, p.78) que está na origem do conceito do território. Sobre este aspecto, Andrade (1994) escreveu que território e poder devem estar sempre ligados, seja o poder estatal ou empresarial.

Portanto, é a forma como distintos agentes organizam os sistemas de objetos e de ações que se torna a base para o estudo, como escreveu Santos (2009), os diferentes usos dos territórios permitem que este seja entendido como categoria analítica. É interessante notar que a proposta apresentada por Santos (2009) faz menção ao fato de entendermos o território usado na perspectiva de como determinada porção do espaço está sendo usada para determinadas finalidades por meio daquilo que o autor chamou de sistemas de engenharias, aquilo que daria condições para que os fixos e fluxos desencadeiem ações em determinado território: “[...] onde é central o papel dos sistemas de engenharia concebidos para assegurar uma maior fluidez dos fatores hegemônicos e uma maior regulação dos processos produtivos, por intermédio das finanças e da especulação” (SANTOS, 2009, p. 171). Nesse contexto, ao estudarmos os fixos e fluxos da Vale S.A. somos obrigados a compreender entendê-los como propulsores de atividades voltadas a reprodução ampliada de capitais, o que gera espaços mediados pelas relações de poder gerando novas territorialidades.

Nesse contexto, ao estudarmos os fixos e fluxos da Vale S.A. somos obrigados a compreender essas como atividades voltadas a satisfação de suas próprias necessidades de reprodução ampliada de capitais, o que gera espaços mediados pelas relações de poder gerando novas territorialidades. Autores como Sack (2011), Raffestin (2010) e Corrêa (1994), dentre outros, nos fornecem algumas das interpretações necessárias à compreensão das estratégias utilizadas por diferentes agentes, como a Vale S.A., para a produção dos seus respectivos territórios.

Raffestin (2010) compreende a territorialidade como sendo: “[...] o conjunto das relações que os homens têm com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda de mediadores, para satisfazer suas necessidades, na esperança de obter maior autonomia possível” (RAFFESTIN, 2010, p. 14). Com essa conceituação, fica evidente que o agente se reporta a um conjunto de estratégias que são acionadas por um ou vários agentes com vista a tornar um território sob seu domínio ou influência. Na mesma vertente, Sack (2011) define a territorialidade como “[...] a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2011, p. 76).

Os três autores apresentam definições que convergem principalmente no fato dos agentes utilizarem estratégias que sejam adequadas para manterem o domínio

sobre um determinado território. Esse conjunto de estratégias são carregadas de intencionalidades e de poder, pois só com a sua aplicação é que se podem materializar os interesses daqueles que pretendem ver as finalidades emergirem do seu domínio. Para Sack (2011) a territorialidade é a forma espacial primária de poder que permite economizar esforços no seu controle.

Diante destes fatos, que revelam a intensificação da mercantilização da natureza na forma do neoextrativismo, conceitos como imperialismo e acumulação por espoliação se correlacionam e permitem estudos que tornem explícita a contradição entre a manutenção sociometabólica na relação entre a sociedade e a natureza quando examinada a partir da dinâmica territorial e questionando o conceito *mainstream* do desenvolvimento sustentável.

As atividades mineradoras da Vale S.A. forjam o desenvolvimento desigual e combinado dos, e nos, territórios a partir da produção de commodities, o que demonstra a contrariedade sobre o desenvolvimento sustentável proposto pela Vale S.A. que, indo ao encontro de iniciativas empresariais, massifica a disseminação de informações de que sua missão é: “Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável” (VALE, 2016, p. 3). E, por meio deste argumento central, transmite a ideia de “Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta” (VALE, 2016, p. 3). Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é utilizado como estratégia ideológica, econômico e político voltada a reprodução do modo de produção capitalista criando, assim, condições para o domínio de determinados territórios.

### **3 | NEOEXTRATIVISMO E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DA VALE S.A.**

A produção de novos espaços de reprodução e acumulação de capitais é necessária para assegurar a continuidade deste modo de produção entre períodos de crises, sendo assim o neoextrativismo é uma possível saída para a crise de sobre acumulação que vai resultar na acumulação por espoliação.

A partir desta contextualização é que trazemos à tona a problematização do neoextrativismo promovido pela Vale S.A., pois este, relacionado ao atual estágio neoliberal, resulta em acumulação por espoliação; estrangeirização de terras, conflitos territoriais e expropriação de terras camponesas. Em escala global, Gudynas (2012), Smith (2009) e Foster (2004), por exemplo, analisam as diferentes formas como vêm sendo acentuado o debate em torno do neoextrativismo e novas formas de imperialismo; na América Latina estudos publicados por Malpartida (2012), Moreno (2015), Porto-Gonçalves (2015), Lander (2015), Ve outros revelam esse processo; no continente Africano, pesquisadores como Selemane (2009), Mosca (2011), Marshall (2014) e Matos (2016) fundamentam estudos e criam referências sobre a questão

agrária africana.

É nítida a busca incessante da Vale S.A. de novos fixos territoriais para a reprodução e acumulação de capitais por meio do fortalecimento de seus sistemas assimétricos que permitem a intensificação da prática do neoextrativismo fazendo uso de maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo – ordenação espaço-temporal –, mediante práticas cotidianas de incorporação e centralização de extensas áreas agricultáveis gerando conflitualidades por modelos de desenvolvimento a partir do uso dos territórios, o que permite que realizemos a análise destes processos a partir da concepção de relações de poder, pois esta forma de análise traz em si o sentido de disputas por territórios revelando como o neoextrativismo se materializa na desterritorialização de comunidades camponesas tendo em vistas a territorialização de megaprojetos neoextrativistas, o que nos revela a existência de territórios contidos em um mesmo território a partir do reconhecimento da conflitualidade gerada por empresas transnacionais que controlam ou participam do controle de territórios (FERNANDES, 2008).

Neste sentido, os princípios territoriais que nos servem de referência para entendermos o uso do território pela Vale S.A. são aqueles trabalhados por Fernandes (2009) e que nos permitem identificar o sentido da disputa territorial a partir de determinados conceitos, quais sejam: soberania, conflitualidade e multiescalaridade. O conceito de soberania nos é útil, pois permite identificar que esta deixa de ser exclusiva do Estado, pois é forjada pela presença da Vale S.A. que constrói territórios dentro de territórios nações; por sua vez, este nos remete ao conceito de conflitualidade que nos permite entender e verificar a existência de relações sociais de enfrentamento contínuo entre a Vale S.A. e camponeses, ou seja, distintos modelos de desenvolvimento para o campo, onde, o que vêm prevalecendo, é a perda de áreas agricultáveis para a produção de commodities minerais o que revela, a multiescalaridade, pois, o território da Vale S.A. está organizado em escala internacional e contém, dentro deste amplo território, territórios em escala local (FERNANDES, 2009).

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista, reproduzindo, de modo desigual e conflitante, relações sociais capitalistas e não capitalistas, as quais geram disputas territoriais permanentes, que, por sua vez, se desdobram nos âmbitos econômico e político. Crescem assim territórios sob o domínio da mobilidade de capitais internacionais, não sem a intervenção estatal direta ou indireta, de agências multilaterais e das grandes transnacionais, especialmente daquelas ligadas às atividades produtoras de commodities minerais, direta ou indiretamente atinentes à concentração territorial, que, em suma, se reproduzem ao acionar o mecanismo da renda da terra e a especulação de ativos nos mercados de futuros, cuja finalidade última é o lucro e a acumulação desmedida.

A compreensão geográfica para além da ordem econômica e política de tendência mundializante, cujas formas têm assumido padrões de funcionamento e de racionalização técnica articulado a lógica territorial de expansão e acumulação

de capitais nos permite entender que, na perspectiva da mundialização do modo de produção capitalista: “[...] o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais [...]” (FERNANDES, 2008, p. 279).

Nesse contexto insere-se a multinacional neoextrativista Vale S.A. Líder mundial na produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, além de possuir as maiores reservas de níquel do planeta. A Vale S.A. também é produtora global de concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. A história da Vale S.A. está ligada ao contexto internacional da Segunda Guerra Mundial, que provocou uma forte demanda de matéria-prima e ao modelo de industrialização por substituição de importações adotado pelo Brasil e em plena implantação naquela época. Assim, a empresa foi pensada para atender à demanda dos aliados, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos. Para que estes países pudessem manter seu fornecimento de matéria-prima foram firmados, em 3 de março de 1942, os Acordos de Washington pelos governos do Brasil, Inglaterra e EUA, que estabeleceram as bases para a organização de uma companhia de exportação de minério de ferro.

Pelos acordos o governo britânico se obrigava a adquirir e transferir ao governo brasileiro, livre de quaisquer ônus, as jazidas de minérios de ferro pertencentes à Itabira Iron e o governo norte-americano se comprometia a fornecer um financiamento no valor de US\$ 14 milhões para a compra, nos EUA, de equipamentos, máquinas, material rodante e serviços necessários ao prolongamento e restauração da Estrada de Ferro que liga o porto de Vitória ao Estado de Minas Gerais, de modo a assegurar a produção, transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas/ano de minério de ferro, a serem compradas em partes iguais pelos dois países por um prazo de três anos, a um preço bastante inferior ao de mercado (CVRD, 1992). Foi, portanto, neste contexto que a empresa iniciou suas atividades.

Depois de privatizada, a empresa transformou-se numa das maiores mineradoras do mundo e uma das maiores empresas brasileiras com penetração no mercado internacional. Assim, ações da Vale S.A. potencializam a dinâmica territorial do neoliberalismo ao priorizar relações econômicas voltadas à produção de commodities minerais e enfraquecimento da soberania nacional, reforçando a dependência econômica dos países periféricos aos do centro do capitalismo. Conforme Gudynas (2012), a dependência dos mercados globais se acentua.

#### **4 | DA APARÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A ESSÊNCIA DO NEOEXTRATIVISMO**

Levamos em consideração que a forma como a sociedade produz o espaço no tempo histórico é influenciada por determinadas relações sociais de produção e, sabendo que a Geografia estuda a sociedade através da sua organização espacial

que é, também, forma de reprodução social, o que nos importa é superar a aparência humanista do desenvolvimento sustentável difundida pela Vale S.A. e revelar sua essência, o neoextrativismo.

O desenvolvimento do capitalismo, evoluindo nas suas formas de acumulação de capitais, associadas ao papel imprescindível do Estado, permitiu que formas de desterritorialização se impusessem sobre os diversos tipos de territórios. Raffestin (2010) refere que a produção de um território nunca está desligado das ações do passado. O território é criado a partir das relações de poder que se materializam no espaço. É nesta perspectiva que o autor (1993) afirma que o espaço é antecedente ao território, sendo este último reflexo de determinadas ações sobre o primeiro. Ainda demonstra que “[...] o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território.” (RAFFESTIN, 2010, p.21)

Raffestin (2010) evidencia o caráter dinâmico do território, ao demonstrar que este se forma, ou a partir daquilo que se poderia considerar da primeira natureza, como também da destruição de um território. É, pois, esta segunda forma de produção de território – desterritorialização – que nos interessa. O espraiamento do modo de produção capitalista para diferentes territórios nacionais passa a ser bem mais fácil, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, assim, a volatilidade de capitais tem atingido um patamar nunca visto na história deste modo de produção. A territorialização deste modo de produção em qualquer ponto do globo permite que se introduzam lógicas empresariais responsáveis pelas transformações no uso dos territórios selecionados, afetando os usos anteriores bem como de seus respectivos agentes, que, dependendo das necessidades dos agentes hegemônicos, podem ser obrigados a abandonar o território gerando a desterritorialização.

Como a dimensão econômica passa a ser o motor da produção territorial, principalmente no decurso da mundialização, exportando consigo as outras dimensões que viabilizem o seu projeto, os gestores do território nacional sentem-se compelidos a abrir os seus espaços para a territorialização das empresas ou firmas. Esse processo de territorialização, que normalmente tende a ser temporário pois as dinâmicas de acumulação de capitais variam com o tempo, prejudicam as anteriores lógicas de apropriação territorial. A territorialização da Vale S.A. está dependente das vantagens que o lugar oferece, desterritorializando-se sempre que as condições oferecidas pelo lugar não permitirem a sustentação da produção de mais valor. Mudar de território passa a ser a principal alternativa. Isto se deve pelo fato de que, determinadas empresas, como a Vale S.A., estarem preocupadas com “[...] o uso explorador, extorsivo, pragmático de um pedaço do território” (SILVEIRA, 2011, p.52), do que com o sentimento de pertencimento ou enraizamento.

Como a mundialização, acompanhada do neoliberalismo e suas formas de materialização, como o neoextrativismo, tornam os território mais “[...] sensíveis, nervosos e objetos de numerosas mudanças de conteúdo” (SANTOS, 2003, p.302),

a desterritorialização passa a ser a regra e não a exceção. Desterritorialização está entendida, por Corrêa (1994, p.252) como sendo “[...] a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”. Andrade (1994) compreendeu que a desterritorialização pode ser efetuada pelo próprio agente que controla o território, isto é, a desterritorialização é parte de um processo levado a cabo pela Vale S.A. como forma de se manter competitiva em relação às demais empresas.

A partir de Andrade (1994) é possível compreender que a desterritorialização nem sempre é provocada por um agente que ainda não é responsável pelo domínio do território. A desterritorialização pode ser uma estratégia de fuga dos agentes hegemônicos, implicando, em alguns casos, na sua reterritorialização num outro espaço. Este tipo de desterritorialização está ligado ao tempo neoliberal, onde a dinâmica econômica força as empresas a abandonarem os seus territórios, não necessariamente em função da sua ocupação por uma outra de maior poder, mas sim como forma de ajuste à dinâmica econômica, quando o território se apresenta incapaz de manter os ganhos financeiros necessários.

Ao mesmo tempo em que acontece uma desterritorialização programada, também acontece uma reterritorialização programada. Andrade (1994) refere que a reterritorialização programada estaria associada ao fato da empresa antecipar a ocupação de um novo espaço, com vista a garantir novos recursos para o futuro, neste mesmo sentido, a partir de Corrêa (1996) entendemos as práticas espaciais como estratégias de mobilidade espacial de capitais. A empresa antecipa a dinâmica do mercado para um determinado produto ou serviço, constatando que é fundamental fechar uma determinada atividade com o objetivo de garantir a ocupação de uma nova área que será lucrativa, apesar dessa área ainda não atender aos níveis mínimos do mercado. Nesse caso, a desterritorialização leva à reterritorialização e, esta representa a formação de um novo território. Esse novo território pode responder em parte ou na totalidade as necessidades e intenções dos grupos sociais que o formam, como pode não responder as necessidades e intenções daqueles que são forçados a produzirem uma nova territorialidade.

A mobilidade espacial e territorial de capitais – da qual decorrem processos de desconcentração de atividades econômicas; movimentação de atividades para áreas consideradas exteriores ao processo de acumulação capitalista; revalorização dos processos de acumulação primitiva e a compressão tempo-espaço, dentre outras – têm sido característica da atualidade. Essas características tem gerado processos criando condições para uma massificação dos processos de desterritorialização que valorizam os territórios de acordo com o mais-valor que o mesmo pode oferecer.

Assim, a afirmação feita por Karl Marx de que o capitalismo, enquanto modo de produção, precisa continuar a se expandir continuamente para poder sobreviver, se reafirma. Marx (2013) elucida o surgimento deste modo de produção a partir do exercício da violência, que separou uma classe minoritária que passou a dominar

os meios de produção para toda sociedade, mesmo sem produzir trabalho e, outra majoritária que apesar de dominar a sua própria força de trabalho, está obrigada a vender para sobreviver. O autor destaca que essa separação, violenta, foi responsável por parir este modo de produção. Marx (2013) deixa claro que com a consolidação do capitalismo, podendo se sustentar sozinho, a acumulação primitiva daria lugar à um novo estágio de acumulação não capitalista.

Autores como Harvey (2012) e Fontes (2010) consideram que a acumulação primitiva nunca deixou de existir, pois sempre fez parte do modo de produção capitalista. David Harvey se associa a Rosa Luxemburgo ao demonstrar que Karl Marx estava equivocado ao considerar a acumulação primitiva como algo pré-histórico e, que com o tempo deixaria de fazer parte do modo de produção capitalista. Harvey (2013, p.292) concorda com o argumento de Luxemburgo (1986) que destaca que “[...] o capitalismo teria deixado de existir há muito tempo, se não tivesse se engajado em novos ciclos de acumulação primitiva, sobretudo por meio da violência do imperialismo” (LUXEMBURGO, 1986, p. 87). Para Fontes (2010), a acumulação primitiva nunca deixou de existir, pois sempre esteve presente e desempenhou papel importante na acumulação de capital. Essa visão da autora é formulada com o intuito de contrariar a leitura que ela faz da obra de David Harvey, considerando que o autor defende que com a consolidação da acumulação normalizada, a acumulação primitiva desapareceu.

Para Harvey (2012), “[...] parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’” (HARVEY, 2012b, p.120). São essas novas roupagens apresentadas pela nova acumulação primitiva que leva Harvey (2013) a utilizar o conceito acumulação por espoliação, pois apesar de incorporar as características descritas por Karl Marx, sendo em alguns pontos e momentos mais violenta, ela se ajusta ao momento histórico de novos espaços de reprodução e acumulação de capitais. Porém, Fontes (2010) não concorda com a conceituação de David Harvey, pois para ela essa mascara algumas características que o fenômeno apresenta. Fontes (2010) demonstra que esse tipo de acumulação não se circunscreveu apenas aos países da periferia e que não existira um desaguamento do capitalismo predatório para o capitalismo produtivo, como, de acordo com a autora, equivocadamente, David Harvey retirou da obra de Marx.

Esta abordagem apresentada por Fontes (2010) é importante para o enriquecimento do debate, pois os argumentos levantados pela autora estão bastante relacionados com a crítica que ela faz à obra de Harvey, porém, ao se analisar os argumentos de David Harvey e da própria autora, consideramos que ambos caminham para a mesma direção pois houve um avanço na forma de materialização da acumulação primitiva, embora ele tenha incorporado novas características. Fontes (2010) diferencia a expropriação primária da expropriação secundária: “[...] *expropriações primárias* seguem extirpando os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, incluindo diretamente sobre os recursos sociais de produção, em especial sobre

a terra” (FONTES, 2010, p.59, *itálicos no original*), e, ainda de acordo com Fontes (2010), as expropriações secundárias se “[...] abatem também sobre conhecimentos [...], sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais” (FONTES, 2010, p.59). As diferenciações que Fontes (2010) apresenta elucidam alguns avanços na materialização da acumulação primitiva definida por Karl Marx. Para a autora:

[...] as expropriações contemporâneas não param por aí [onde terminam as expropriações primárias] e devoram também bens naturais sobre os quais até então não incidia propriedade exclusiva de tipo capitalista, como as águas doces e salgadas, o patrimônio histórico e cultural (convertidos em mercadorias através do turismo), o patenteamento de códigos genéticos, a qualidade do ar [...] (FONTES, 2010, p.60).

Essas características segundo ela não faziam parte da acumulação primitiva definida por Karl Marx. Nesse aspecto, Virgínia Fontes e David Harvey apresentam pontos em comum. E, neste debate sobre o avanço nas formas de materialização da acumulação primitiva, nos associamos a David Harvey e entendemos a acumulação por espoliação como nova forma de materialização da acumulação primitiva. Esta conceituação se aproxima bastante dos processos de acumulação que ocorrem nos países africanos, por exemplo. Esse processo remonta à partilha do continente africano, às incursões coloniais e imperialistas e atualmente, com o espraiamento do neoliberalismo, e a sua materialização pelo neoextrativismo, revela sua essência, a acumulação por espoliação. Esta opção se dá, por tanto, com base naquilo que Harvey (2012) apresenta como características da acumulação por espoliação.

Posteriormente, Harvey (2013) defende que a espacialização em escala global do modo de produção capitalista global, principalmente na década de 1970, não estava conseguindo gerar crescimento e, como medida adotada pelo sistema para a consolidação do poder de classe foi a apelação para a acumulação por espoliação (Harvey, 2013). A revalorização da acumulação primitiva como o principal mecanismo de acumulação de capitais foi largamente facilitada pela implementação do neoliberalismo e pelo neoextrativismo e, é neste contexto que trazemos ao debate a Vale S.A. que, fazendo uso estratégico do desenvolvimento sustentável mascara suas ações e expande a acumulação por espoliação.

Tal consideração se baseia na mais importante organização que representa os interesses dos grupos sociais negativamente impactados pelas ações da Vale S.A., qual seja, a Atingidos pela Vale, organização que representa as lutas e os direitos de pessoas impactadas pela multinacional em várias partes do mundo. Além de brasileiros, compõe a Atingidos pela Vale, representantes do Paraguai, Argentina, Chile, Peru, Canadá, França, Moçambique, China e Índia. Em seu último relatório os membros da organização desconstruem a visão e missão da empresa e asseveram que a Vale S.A. possui como missão atuar a nível global para transformar recursos naturais em catalisadores de lucros continuamente crescentes para os acionistas, desconsiderando

os direitos e expectativas dos trabalhadores e populações tradicionais e, tendo como visão, lucrar acima de tudo e todos, extraindo o máximo de recursos naturais com os menores custos possíveis a partir da desobstrução de qualquer entrave legal (ORGANIZAÇÕES, 2015).

Consideramos, portanto, que a dinâmica territorial exercida pela Vale S.A., do ponto de vista geográfico da lógica espacial e territorial do modo de produção capitalista, intensifica a exploração das condições sociais e naturais desiguais sob as quais ocorre a acumulação de capitais, aproveitando-se da dialética inerente a este modo de produção – criação, destruição e recriação de novos espaços para sua própria reprodução por meio de práticas imperialistas vinculadas a fluxos de capitais restritos – que, histórica e geograficamente, resultam em desigualdades e, é deste modo que se constitui a dinâmica territorial da expansão econômica capitalista na atualidade, pelo fortalecimento institucional desta corporação e conseqüente enfraquecimento do Estado.

Essas determinações retratam o paradoxo da abundância. Neste, a grande quantidade de riquezas naturais não é corolário de um desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações no entorno do projeto. Pelo contrário, essas comunidades são atingidas de maneira prejudicial por esses empreendimentos, além dos processos de desterritorialização, dos problemas relacionados à subsistência e à sobrevivência de seus modos de vida, sofrem com ameaças de morte promovidas pelos funcionários das empresas e pela ação violenta pelo Estado. Assim, denota-se o modelo de ação da empresa caracterizando a conflitualidade e intensificando a questão agrária em vários países.

Trata-se, pois, de novas formas de expropriação. Não se trata de uma linha reta histórica e geograficamente, mas de uma relação simultânea de formas dialéticas de explorar lucrativamente a sociedade e a natureza. A análise desenvolvida por Harvey (2012) deixa exposto o caráter espoliador exercido por aqueles que personificam o modo de produção capitalista na sociedade contemporânea, em nosso caso, os agentes que controlam a corporação Vales S/A e os governos brasileiro e moçambicano.

A acumulação por espoliação, materializada na expropriação de terras de populações pobres e na privatização de bens públicos, tem caracterizado a atual forma de acumulação de capital. Harvey (2012) demonstrou que a forma primitiva de acumulação que parecia ter sucumbido no tempo, resiste e adota ajustamentos à nova conjuntura, mas escrevendo, como referira Marx, “[...] com letras indeléveis de sangue e de fogo” (MARX, 2013, p. 328).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, consideramos que o desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado, a tempos como estratégia econômica e política voltada a reprodução e acumulação de capitais. No estágio atual de desenvolvimento do modo de produção

capitalista, a necessidade de garantir sua existência traz novos desafios, pois as alianças internacionais entre Estados e multinacionais buscam sempre mascarar as contradições existentes entre o neoextrativismo e o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável promovido pela Vale S.A. vai demonstrando que serve aos propósitos do neoliberalismo. Com a efetivação e intensificação de suas ações neoextrativistas, a empresa causa impactos sociais e naturais revelando que, na verdade, o desenvolvimento que vem promovendo sustenta apenas a acumulação de capitais a custos cada vez maiores, de populações camponesas e da apropriação, via acumulação por espoliação, de recursos naturais para a produção de commodities. Fato este que potencializa a aparência do modo de produção capitalista, a produção de mais valor, e mascara sua essência, a degradação humana e natural.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. 2011. "Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición". In *Más Allá del Desarrollo*, Quito, Equador: Fundación Rosa Luxemburg/AbyaYala, 83–120.

ANDRADE, Manuel Correa de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha; COSTA, R.; SILVEIRA, C. (Org). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BRUCKMAN, Monica. Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana. <https://cronicon.net/paginas/Documentos/Libro-Bruckmann.pdf> Creative Commons, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *A mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: CVRD, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Expressão popular: São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Imperialismo ecológico: la maldición del capitalismo. In: *Socialist Register: el nuevo desafío imperial*. 2004. Disponível em: [http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/1167#.Ut\\_9rRBTvIU](http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/1167#.Ut_9rRBTvIU). Acesso em 12/05/2018.

GIORDANO, Eduardo. *Economía política del petróleo y militarismo*. In: SEMPERE, Joaquim; TELLO Tello (coords.). *El final de la era del petróleo barato*. Icaria: Barcelona, 2014.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2012.

- HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. Espacios del capital: hacia una geografía crítica. Madrid: Akal, 2007.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 1a ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México D.F.: Fondo de Cultura Económica. 1990.
- LACOSTE, Yves. Geografia do subdesenvolvimento. Difel: São Paulo, 1975
- LANDER, Edgardo. Neo-Extractivismo: un modelo de desarrollo controvertido y sus alternativas. In: Más allá de la sobre explotación. Alternativas latino americanas al extractivismo. Fundación Heinrich Böll. No 1, septiembre, 2015.
- LE BILLON, Philippe. The geopolitics of resource wars. Resource dependence, governance and violence. Frank Cass, 2005.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MALPARTIDA, Javier. ¿Extractivismo o desarrollo? Reflexiones desde Apurímac. Centro Latino Americano de Ecología Social. Plataforma Transiciones: alternativas al desarrollo. Aportes para las Transiciones. Peru. 2012.
- MARSHALL, Judith. A gigante mineradora brasileira Vale: por trás da imagem de solidariedade Sul-Sul. Tensões mundiais. Fortaleza. v. 10, no 18, 19, p. 173-230, 2014.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Boitempo: São Paulo, 2013.
- MARX, Karl. A origem do capital: a acumulação primitiva. São Paulo: Centauro, 2005.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOSCA, João. Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete. Maputo: IESE, 2012.
- ORGANIZAÇÕES Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, 2010. Disponível em:[http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie\\_versaoweb.pdf](http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf) Acesso em: 12/1/2018.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A natureza da globalização e a globalização da natureza. 6a ed. São Paulo: civilização brasileira, 2015.
- RAFESTTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RAFESTTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (Org). Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais. 1a. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SACK, Robert D. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Insular. 2011.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. 4a ed. 5a reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940>. Acesso em 16/01/2019

SILVEIRA, Maria Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Insular. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elis de; et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. 2009. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5856/2752>. Acesso em: 16/01/2019.

VALE. Política de desenvolvimento sustentável global. Vale S/A. 2016. Disponível em: [http://www.vale.com/brasil/PT/suppliers/code\\_conduct/Documents/politica-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf](http://www.vale.com/brasil/PT/suppliers/code_conduct/Documents/politica-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf) Acesso em: 10/12/2016.

VALE. Relatório anual de Sustentabilidade de 2011. VALE S/A: Rio de Janeiro, 2014.

VALE. Relatório anual de sustentabilidade de 2012. VALE S/A: Rio de Janeiro, 2015.

VALE. Relatório de anual de sustentabilidade 2016. Vale S/A. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/sustainability/Paginas/default.aspx> Acesso em:12/04/2018

VÁSQUEZ, Daniel Sandoval. Conservación oficial y extractivismo en México. Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano. 2016.

WHITACKER, Guilherme Magon. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. Biblio3W REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98 Vol. XX, núm. 1.135 15 de octubre de 2015 Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1135.pdf> Acesso em 23:033/2018.

WHITACKER, Guilherme Magon. Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. Tese. 332f. Unesp. Presidente Prudente SP. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150194> Acesso em 1/5/2018.

ZHOURI, Andréa. Produção de conhecimento em um campo minado. In: Mineração, violências e resistências. Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Disponível em: [http://www.aba.abant.org.br/files/20180308\\_5aa16473d6197.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20180308_5aa16473d6197.pdf) Acesso em 16/01/19.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-320-0

